



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - BA**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2022**

**PROCESSO SEI N.º 0011931- 77.2021.6.05.8000**

**ASSUNTO:** Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 001/2022

**LICITANTE:** SOLUTI – SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS INTELIGENTES S/A.

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de resposta à impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 01/2022, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de suporte e atendimento técnico aos usuários na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com central de atendimento remoto e presencial aos usuários na modalidade Service Desk, bem como suporte, sustentação e operação dos serviços e da infraestrutura de TIC e execução de tarefas de demanda não rotineiras do Tribunal da Regional Eleitoral da Bahia.

O aviso de licitação do presente pregão foi devidamente publicado no Diário Oficial da União em 10 de janeiro de 2022, bem como foi disponibilizado o edital, nos sites do TRE/BA e no Portal de Compras, com a data de abertura da sessão prevista para o dia 21 de janeiro de 2022, às 09:00 horas.

Em 18 de janeiro de 2022, a empresa **SOLUTI – SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS INTELIGENTES S/A** encaminhou impugnação ao ato convocatório (doc 1821581), recebida por mensagem no endereço eletrônico do Pregoeiro, gsconceicao@tre-ba.jus.br, conforme previsão constante na condição 18.3 do Edital.

A impugnante, em síntese, requer que seja revisto no edital a forma de adjudicação global na qual o certame licitatório dar-se-á com a contratação de empresa única para execução do objeto. Entendendo a licitante que esta forma de adjudicação desfavorece a competitividade. Reforçando sua tese com os argumentos de que além da contratação dos serviços de Service Desk, bem como suporte, sustentação e operação dos serviços e da infraestrutura de TIC e execução de tarefas de demanda não rotineiras do Tribunal da Regional Eleitoral da Bahia, encontram-se no bojo do objeto a junção dos serviços junção de voltados a Autoridades Certificadoras – AC, das quais encontram-se regulamentadas pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas do Brasil – ICP-Brasil e o Instituto de Tecnologia da Informação, nos itens 5.3.38., 8.4.34., 8.4.35., 9.3.25.

É o Relatório.

**II – TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO**

A impugnação foi encaminhada, tempestivamente, para o e-mail deste Pregoeiro, em 18 de janeiro de 2022, conforme previsão constante nas condições 18.3 do edital.



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - BA**

**III - RAZÕES DA IMPUGNANTE**

Insurge-se a impugnante, nos termos a seguir transcritos:

*“In casu*, o primeiro ponto que merece apreço, e, visando espantar quaisquer dúvidas que possam vir a pairar sobre o tema, é importante asseverar que os procedimentos administrativos, pelo qual envolvo se encontra o licitatório, possuem como condição de existência a observância aos preceitos legais dos quais se submetem, da mesma forma que é de estrita necessidade à observância a existência dos motivos em que se baseiam a sua realização.

Sendo assim, ao volver-se para o caso concreto temos por claro o cerceamento competitivo ao feito, por agrupamento inviável de objetos, dos quais não guardam e/ou existem relação entre si para serem então ajuntados em grupo único – temos a junção de serviços voltados a Autoridades Certificadoras – AC, das quais encontram-se regulamentadas pela Infra- Estrutura de Chaves Públicas do Brasil – ICP-Brasil e o Instituto de Tecnologia da Informação nos itens 5.3.38, 8.4.34, 8.4.35, 9.3.25; enquanto os demais itens são voltados

para prestação de serviços continuados de suporte e atendimento técnico aos usuários na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com central de atendimento remoto e presencial aos usuários na modalidade Service Desk, bem como suporte, sustentação e operação dos serviços e da infraestrutura de TIC e execução de tarefas de demanda não rotineiras do Tribunal da Regional Eleitoral da Bahia, por consequência o princípio da proposta mais vantajosa à Administração, bem como gerando nulidade ao mesmo.

Melhor dizendo, prevê o instrumento convocatório que o feito será julgado por menor preço global, ou sejam em critério global de todos os itens ali propostos, vinculando todos a o b r i g a t o r i e d a d e d e p r o p e r a r - s e os objetos licitados a um única empresa, vide itens 6.15.1, do instrumento convocatório1”.

De modo a subsidiar suas alegações, a impugnante discorre sobre a legislação pertinente, citando dentre outros os seguintes regramentos: Art.3º §1º, inciso I do art. 8º § 1º, art. 15 Inc IV todos da lei 8666/1993.

**IV – FUNDAMENTAÇÃO**

Submetida a matéria apreciação da área técnica, que se manifestou através do (doc 1821593) conforme baixo:

A impugnação é completamente descabida. Não existem, no TR, serviços voltados a Autoridades Certificadoras – AC, as quais encontram-se regulamentadas pela InfraEstrutura de Chaves Públicas do Brasil – ICP-Brasil e o Instituto de Tecnologia da Informação, nos itens 5.3.38., 8.4.34., 8.4.35., 9.3.25, nem em qualquer outro



**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - BA**

local do TR. - o item 5.3.38. do anexo A é uma das atribuições dos profissionais da equipe especializada III - Serviços Microsoft

5.3.38. do anexo A Instalar, configurar e manter a Autoridade Certificadora Local (AC) integrada ao Active Directory, gerar certificados e realizar assinaturas

- os itens 8.4.34 e 8.4.35 do anexo A são duas das atribuições dos profissionais Equipe Especializada VI – Apoio a Processos de Segurança da Informação

8.4.34. Auxiliar na manutenção e administração da infraestrutura de Certificação Digital do CONTRATANTE, inclusive com a criação e revogação de certificados digitais.

8.4.35. Apoiar na manutenção e administração dos sistemas que envolvem criptografia e assinaturas digitais.

- o item 9.3.25 é uma das atribuições dos profissionais da Equipe Especializada VII – Sistemas Operacionais e Orquestração de Servidores.

9.3.25. Instalar e administrar Certificados Digitais de servidores e de aplicações.

Não existe qualquer cerceamento competitivo. O mercado de serviços de TIC é amplo, competitivo e capaz de atender ao objeto a ser licitado.

## **V - CONCLUSÃO**

Do exposto, conhecemos da impugnação interposta pela empresa **SOLUTI – SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS INTELIGENTES S/A.** e, no mérito, lastreado na manifestação da área técnica, manifesta-se este Pregoeiro pelo não acolhimento das razões do requerimento da impugnante.

Considero prudente, antes da decisão da Diretoria Geral deste Tribunal, **submeter o processo à análise da Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos.**

É a manifestação.

Em 19/01/2022.

Gilson Soares da Conceição  
Pregoeiro